



Dança Inclusiva: dilemas na formação profissional

Inclusive Dance: dilemmas in professional qualification

Danza Inclusiva: dilemas en la formación profesional

Dayane da Silva Oliveira 

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. dayane.65@live.com 

Paulo Roberto Veloso Ventura 

Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. paulo.pinta@gmail.com 

10.31668/praxia.v4i0.12269 

Resumo: A temática desta pesquisa é a Dança Inclusiva, o seu eixo de análise é a formação de professores de Educação Física e de Dança. O objetivo geral do artigo é analisar o currículo (projetos pedagógicos – PPCs) dos cursos de graduação dessas áreas para saber em que medida subsidiam o processo de inclusão de pessoas com deficiência, tendo a Dança como instrumento. O marco teórico é o Materialismo Histórico Dialético, e através de uma pesquisa empírica com documentos dos cursos em tela, das cinco regiões geopolíticas brasileiras, sendo 15 PPCs analisados com a finalidade de desvelar o contexto da formação acadêmica. A Dança Inclusiva, é uma proposta de formação integral destes sujeitos, que busca solucionar exclusões sociais decorrentes dos estereótipos da sociedade, cujos pressupostos revelaram a Dança Inclusiva como componente indispensável em algumas IES, porém escasso na realidade de outras.

Abstract: The theme of this research is Inclusive Dance, its axis of analysis is the training of Physical Education and Dance teachers. The general objective of the article is to analyze the curriculum (pedagogical projects - PPCs) of undergraduate courses in these areas to find out to what extent they subsidize the process of inclusion of people with disabilities, using Dance as an instrument. The theoretical framework is the Dialectical Historical Materialism, and through an empirical research with documents from the on-screen courses, from the five Brazilian geopolitical regions, 15 PPCs being analyzed in order to unveil the context of academic training. Inclusive Dance is a proposal for integral training of these subjects, which seeks to resolve social exclusions arising from the stereotyping of society, whose assumptions revealed Inclusive Dance as an indispensable component in some HEIs, but scarce in the reality of others.

Resumen: El tema de investigación es Danza Inclusiva, su eje de análisis es la formación de profesores de Educación Física y Danza. El objetivo general del artículo es analizar el currículo (proyectos pedagógicos - PPC) de los cursos de pregrado en estas áreas para conocer en qué medida subvencionan el proceso de inclusión de las personas con discapacidad, utilizando la Danza como instrumento. El marco teórico es el Materialismo Histórico Dialéctico, ya través de una investigación empírica con documentos de los cursos en pantalla, de las cinco regiones geopolíticas brasileñas, con 15 PPC analizados para develar el contexto de la formación académica. La Danza Inclusiva es una propuesta para la formación integral de estos sujetos, que busca resolver las exclusiones sociales derivadas de los estereotipos de la sociedad, cuyos supuestos revelaron la Danza Inclusiva como un componente indispensable en algunas IES, pero escasa en la realidad de otras.

Palavras-chave:

Projeto pedagógico.
Dança Inclusiva.
Formação profissional.

Keywords:

Pedagogical project.
Inclusive Dance.
Professional qualification.

Palabras clave:

Proyecto pedagógico.
Danza Inclusiva.
Formación profesional.



Introdução

Este artigo tem como tema central a Dança Inclusiva, e reflete a inclusão social de pessoas com deficiência (PCDs), através das práticas corporais na Dança. O objeto da pesquisa é a Dança como ferramenta para a inclusão desses sujeitos. A temática articula-se com a formação profissional, realçando a possibilidade de intervenção nas aulas de Dança, se constituindo como um instrumento de valor para o processo educativo de expressão corporal da pessoa com deficiência.

Para elucidar o leitor acerca da problemática evidente ao contexto inclusivo, destaco a invisibilidade imposta às PCDs, e revela a exclusão que a sociedade promove sobre elas, bloqueando sua inclusão societária, ceifando as possibilidades para que possam se relacionar socialmente. Inúmeras barreiras limitam, portanto, a inter-relação das culturas e, assim, dia após dia, há um enfrentamento para se adequar ao padrão e estereótipo da sociedade hegemônica. Este modelo, determinado como “normal” influencia o aprendizado inerente à pessoa “diferente” para que também seja identificada como “normal”.

Neste cenário, há questionamentos latentes sobre o papel da Dança no meio social, e a partir da problemática explicitada destaco a gênese da pesquisa: “como é a relação de ensino/aprendizado nas graduações dos cursos de Educação Física e Dança sobre a diversidade humana, mais especificamente sobre as possibilidades da Dança no processo de inclusão de PCDs”?

Os objetivos do estudo são: analisar o currículo dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e Dança para saber em que medida subsidiam o trabalho com a inclusão e compreender as implicações inerentes a intervenção do professor de Educação Física nas aulas de Dança para PCDs.

A busca por compreender o enigmático processo da inclusão nas aulas de Dança no âmbito não escolar motivou esta pesquisa. Com isso, sua relevância se consiste no desvelar o trato aos cursos de formação que dispensam o conhecimento que se estabelece a partir da contradição posta pelas atuais relações sociais entre as possibilidades do dançar e as condições dadas às PCDs de participar desta prática corporal.

A análise dos projetos político pedagógico dos cursos oferece uma perspectiva acerca deste trato com o conhecimento que os docentes possuem sobre a Educação Física e a Dança Inclusiva. O estudo pretende então, contribuir com a sociedade, buscando ultrapassar os pensamentos preconceituosos que permeiam o processo educativo de PCDs. Portanto, revelar novas perspectivas sobre peculiaridades que possam ser encontradas na formação dos professores de Educação Física e da Dança concorrem para apontar como, quando e onde poderão se apoiar as

PCDs nos mais diversos ambientes de formação não escolar, o que remete à sociedade um ganho inestimável, ganho também para os sujeitos com deficiência a partir de que ganhem autonomia, libertos de determinadas dependências para exercer um protagonismo humanizado e inclusivo.

Este trabalho tem como marco teórico o Materialismo Histórico e Dialético e os parâmetros teórico metodológicos que o orientam estão explícitos na análise e exposição do processo investigativo, que por meio da fundamentação metodológica da pesquisa apresentam e expõem os dados empíricos de forma a compreender as implicações a práxis pedagógica.

Formação e intervenção profissional do professor

Para compreendermos o contexto atual da formação de professores é necessário ir ao princípio das relações humanas. Ventura e Anes (2017) destacam que a “evolução” humana desencadeou um caminho para a transformação do mundo, devido as necessidades de sobrevivência que foram surgindo. Com isso, o mundo do trabalho e a sociedade de classes foram se constituindo como bases da estrutura capitalista hegemônica, cujas relações são dadas pela aparência, sendo manipuladas pela sociedade dominante.

Os autores ressaltam que logo após a divisão do trabalho houve o estranhamento das classes sociais e, com a luta das classes marginalizadas iniciou este conflito entre os pilares da atual sociedade, que dão forma e se constitui o Estado atual. A exploração dos humanos é dotada como perversa, porque [...] “esta é uma realidade histórica, construída por homens e mulheres em diferentes tempos históricos, são relações entre classes sociais, portanto, relações sociais, humanas e históricas” (VENTURA; ANES, 2017, p. 230).

De acordo com Taffarel e Santos Júnior (2010, p. 18), para a luta de classes [...] “impõe-se a necessidade histórica de superarmos, enquanto humanidade, o que desumaniza, o que destrói, aliena e coloca em risco a própria existência da humanidade”. Portanto, a destruição dos aspectos que fundamentam as relações sociais torna a vida um processo árduo e trágico, que necessita de um refúgio para as relações humanas.

Para Taffarel e Santos Júnior (2010), na formação do curso de Educação Física existe uma série de problemas que estão enraizados nas questões da educação, sendo estes: no campo teórico, a contradição na construção do pensamento entre a abordagem biológica e as ciências humanas e sociais; no campo epistemológico, a hegemonia predominante empírico-analítica, o crescimento hermenêutico da

fenomenologia e, atualmente, as teorias pós-modernas, que faz discussões acerca das representações culturais e sociais.

Nas teorias críticas o trato é com a práxis, refletindo o silêncio imposto pelo capitalismo como forma de controle do modo de produção, relação hegemônica da burguesia no contexto da luta de classes, pela qual os contra hegemônicos apontam as falhas no financiamento público (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2010).

No campo da formação em Educação Física, dilemas curriculares no trato com a relação teoria e prática, desarticulação entre os pilares ensino-pesquisa-extensão, currículos desportivizados, biologizados e fragmentados, sustentados por teorias idealistas que causam uma limitação ao pensamento do discente, o que resulta em uma formação direcionada para os determinantes do mercado de trabalho capitalista.

A formação de professores de Educação Física e de Dança possui muitas falhas no trato com o conhecimento sobre inclusão, muitas vezes sequer há disciplinas que abordem o tema, tendo foco nas pessoas “normais”, prevalece a cultura de discriminar mulheres, crianças, idosos, negros, PCDs já muito bloqueados pela sociedade vigente.

Portanto, deve-se frisar que a formação e a intervenção do professor dependem das perspectivas que o mesmo encontra durante o seu processo formativo, pois a sua práxis só funcionará com qualidade, se o mesmo descobrir novos olhares para o ensino das práticas corporais que contemple a participação efetiva de todos, sem engessar um aprendizado que meramente foque aptidão ao mercado de trabalho. Para essa formação inclusiva, o professor precisa ultrapassar as barreiras do conhecimento, indo além do que o ensino das IES proporciona. Com o intuito de trazer luz ao processo inclusivo na formação de professores o tópico abaixo anuncia uma breve contextualização histórica de luta das PCDs perante a sociedade.

O processo de inclusão

Ao tentar compreender uma pessoa com deficiência é imprescindível nos atentarmos aos problemas diários que ela enfrenta. As dificuldades encontradas em todas as esferas da sociedade compõem um imenso “quebra cabeça”, e a independência se torna uma busca constante e exaustiva. Para a perspectiva de Neves (2006) é notória a exclusão da PCD, pois ao considerá-la uma pessoa improdutiva, o mundo capitalista se mostra insatisfeito, pela impossibilidade de não exploração de sua mão de obra; condição básica para sustentar os luxos da burguesia.

Para fins de compreensão da realidade da vida das PCDs, dar lugar a aproximação e ao conhecimento do outro se torna algo imprescindível. Para entender

este paradoxo é indispensável investigar aspectos do processo histórico da PCD e, com isso, ao abordar estes, que constituem o cotidiano destes indivíduos, destaca-se o trato histórico e conceitual adotado por diversos prismas no mundo.

Estas percepções do sujeito desvela uma busca por direitos, e a luta do deficiente tem percorrido milhares de anos, e esse fato revelado por Dicher e Trevisam (2015, p. 2) confirma [...] “que a pessoa com deficiência encontrou diversas formas de tratamento pela sociedade, ora de aceitação e respeito ora de extermínio ou abandono”.

Para Dicher e Trevisam (2015), na Era Neolítica a evolução da inteligência humana foi se constituindo e o homem começa a aprender técnicas e a se desenvolver melhor, com a formação de grupos. As tribos, muitas vezes, precisavam desagregar a PCD do grupo, pois possuíam um estilo de vida nômade e devido a esta condição as PCD atrapalhavam o grupo e assim “geravam” riscos a todos; logo, o perigo exposto condicionava-os ao abandono.

Nas antigas civilizações Gregas e Romanas, o principal aspecto relevante era os corpos fortes e saudáveis para sanar as necessidades de segurança do povo. O Estado era protegido por soldados, e quando estes eram amputados nas guerras eram vistos como os verdadeiros heróis da pátria. Neste período, havia um julgamento supersticioso que relatava o nascimento de crianças com deficiência física, as quais seriam “dominadas por espíritos malignos” e, portanto, deveriam perder a vida (WINNICK, 1995 apud CIDADE; FREITAS, 2002).

De acordo com Cidade e Freitas (2002, p. 19) a PCD era, portanto, [...] “segregada, excluída, estigmatizada e condenada ao isolamento em nome da normalidade”, em determinado momento havia um pensamento prioritariamente eliminatório, excludente, porém, em outro, um tratamento de compaixão e zelo. Com o passar do tempo percebe-se as várias abordagens que transpassam por perseguições, torturas, abandonos, assassinatos, mas no século XIX e XX têm início reformas de cunho social devido aos interesses dos governos em ampliar o suporte às PCDs. Com o desenvolvimento e chegada ao processo de inclusão aponto a seguir o objeto de estudo deste artigo, na tentativa de fazer você leitor: conhecer, refletir e se apropriar da Dança como um potente instrumento de inclusão social.

A Dança Inclusiva

A Dança é ensinada pela expressividade e, segundo o Coletivo de Autores (2012), toma uma posição de confronto com as técnicas formais. Mas, para tanto, a Dança precisa ser compreendida como uma arte que tem seus parâmetros na própria vida, sendo esta a fonte de sua expressão, não a reprodução acrobática. Para os



autores, a técnica formalizada necessita de um tratamento paralelo ao pensamento abstrato, pois a compreensão mais profunda da expressão será obtida através da consciência do corpo.

A Dança Inclusiva, segundo Claro (2012), tem o poder de estar na prevenção, no tratamento e nas implicações das deficiências, sejam elas físico/motoras, sensitivas ou cognitivas. Assim, a arte da Dança é um elemento de Inclusão para as PCDs, em todos os ambientes educacionais. O sujeito conquista autonomia no aprendizado da Dança, logo há uma influência na qualidade de vida deles porque é inestimável o valor de construção do ser humano enquanto ser histórico em seu movimento.

O processo de inclusão, portanto, preenche lacunas, ganha destaque, porém as dificuldades estarão sempre presentes; atualmente a historicidade da vida do ser humano está em uma constante transformação, e essa transformação faz o diferente ter as oportunidades de igualdade e equidade. Ferreira (2001 apud CLARO, 2012) aponta que ao olharmos uma PCD, dançando sobre uma cadeira de rodas, ela não deixa de ser o que é, mas passa a dar outros significados ao seu próprio corpo, com a inter-relação das expressões e a sociedade, portanto, adquire significâncias diferentes com o todo.

A Dança moderna para Alves (2018) é a precursora da Dança inclusiva, pois permite uma fuga dos padrões de formas e fôrmas da dança e abre o caminho para as possibilidades do corpo da PCD apresentando uma relação com o chão, e assim, os movimentos do dançar insere e oportuniza qualquer que seja o corpo, considerando principalmente aqueles que não podem ou nunca estiveram em um estado ereto.

Alves (2018) aponta diversas indagações que estão intrínsecas no aspecto prático “No entanto, na cena contemporânea de Dança, quantas companhias apresentam uma multiplicidade de Corpos? Quantas delas acreditam que a Dança é para todos? O corpo deficiente pode dançar profissionalmente?” Essas e outras questões recaem ao cotidiano marcado pela tese, onde a Dança contemporânea é inclusiva por conta de sua proposta de ser para todos, possuindo um cuidado com a pluralidade e a diversidade, no entanto, nos demais gêneros da Dança a sua aplicação da realidade prioriza o corpo “perfeito/belo”.

Pensando nessa dualidade entre a teoria e a realidade a Dança assume um papel ilustre. “Dançando como artista ou apenas como desporto, todos têm o direito a possibilidades de vencer limites e quebrar barreiras, externas ou internas, buscando novas respostas” (CLARO, 2012, p. 29). Com isso, o corpo diferente ganha uma linguagem e a autora desvela que a Dança se torna uma linguagem, meio de comunicação que cabe a ela possibilitar a apropriação de conhecimentos diferentes

sobre o mundo, a partir da percepção do movimento dialético da realidade, suas distinções e aflições.

A Dança assim como Alves (2018) propõe, não deveria ser vista como algo dissociado do contexto inclusivo, sendo a inclusão regra e não exceção, contendo na essência da arte do dançar um elo para todos os corpos divergentes da sociedade. Já no processo histórico o autor esclarece que a PCD só entra na esfera das companhias de Dança pelo mundo, quando o termo Dança Inclusiva é inserida no mercado da Dança para estes bailarinos que apresentavam alguma deficiência. Com essas afirmações, é perceptível que a Pessoa Com Deficiência não está em evidência social, apenas em casos onde programas de inclusão social são executados, tendo uma cobertura midiática e possui a finalidade de ocultar interesses puramente políticos de algumas autoridades.

Por fim, a totalidade é uma categoria indispensável a este estudo, visto que constitui o processo de formação tanto da Educação Física quanto da Dança; o movimento humano dessa forma é observado como um marco da relação dialética entre o corpo e a mente, percebendo uma profunda indissociabilidade, o que nos remete buscar a compreensão do sujeito como um todo. A Dança inclusiva potencializa o todo, e faz do corpo diferente um corpo cheio de desafios.

Exposição do processo investigativo – metodologia

O marco teórico deste artigo tem aporte no Materialismo Histórico Dialético que Ventura (2010, p. 19) aponta ter vínculo com a relação sujeito/objeto pensada a partir da prática social, sem preconceitos já dados antecipadamente.

A relação sujeito/objeto é histórica e a sua historicidade se revela por um processo que localiza o problema numa verdade que é dada como estanke pelo modo de produção vigente, mas que se consiste como uma realidade (verdade) que é processual (dialética).

O método crítico-dialético tem o papel de, a partir do que esteja dado como verdade (aparente), investigar o passado histórico para então compreender e refletir sobre o presente de forma crítica, pois “é necessário constatar, compreender e explicar seu movimento, expor os elementos que o constitui no plano social e histórico, enquanto processo” (VENTURA *et al.*, 2015, p. 6).

A tipologia da pesquisa por objetivo é a compreensiva (compreensão da totalidade) e exploratória (levantamento bibliográfico); por delineamento, é uma pesquisa não experimental. A abordagem é quanti-qualitativa tendo em vista que os dados empíricos ganham, a princípio, a mesma relevância; destacando a dialética que estabelece a contradição entre quantidade e qualidade, mas que este movimento, considera a unidade entre elas.

Para a análise dos dados coletados foi usada a técnica da análise de conteúdos, através da análise das relações que se deu a partir dos currículos acadêmicos, com a investigação das ementas das disciplinas dos cursos em tela e outras incursões, conforme a exigência para se desvelar o objeto. A técnica da análise das relações segundo Bardin (2009) consiste em: ir além do que as aparições linguísticas apresentam, estabelecendo assim, relações entre os elementos do texto e suas contingências entre as categorias de análise.

A análise de documentos investigou 15 projetos pedagógicos de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, com cursos de Dança e de Educação Física (bacharelados e licenciaturas, preferencialmente em ambos), sendo uma IES de cada região geopolítica do Brasil que, às quais enaltece o espírito de cooperação e comprometimento com a transparência, ao disponibilizaram seus projetos curriculares nos sites oficiais das universidades e também por membros das comunidades acadêmicas.

Para a aquisição e coleta dos projetos foi realizado uma busca nos sites das universidades brasileiras, o critério para a seleção destes foi em razão da apresentação dos dois cursos e suas modalidades bacharelado e licenciatura, de forma a contemplar uma análise do todo, percebendo a abordagem e a relevância da dança inclusiva para os cursos. Porém houve 4 universidades que não apresentaram a modalidade de Bacharelado em Dança, e 1 universidade não apresentou o curso de Bacharelado em Educação Física, no entanto não foram descartadas da amostra. A seguir há a exposição do quantitativo de cursos da amostra com a finalidade de entendermos a dimensão desta pesquisa:

Quadro 01 – Cursos da análise.

Cursos	Bacharelado	Licenciatura
Educação Física	4	5
Dança	1	5

Fonte: elaboração da autora.

Percebe-se que ainda não temos muitos cursos em exercício na modalidade bacharelado em Dança, já o curso de Educação Física possui maior abrangência em funcionamento que pode ser defendida pela amplitude de intervenções profissionais presentes na área. Posteriormente há explanação dos dados coletados na pesquisa empírica.

Análise e exposição dos dados empíricos

Para compreender a formação profissional de discentes que cursam o ensino superior no Brasil, é corriqueiro a apresentação dos pontos marcantes nos discursos da gestão das graduações que, ora apreciam uma formação mais humana, ora contemplam uma formação mercantilizada, ocultada pela ideologia, em prol do rendimento para o trabalho capitalista.

Os currículos dos cursos de Educação Física e Dança em licenciatura e bacharelado das IES brasileiras destacadas inserem em suas matrizes curriculares disciplinas de modalidades obrigatórias, optativas e eletivas. Na análise, foram destacadas as disciplinas de Inclusão nos currículos dos cursos, com o objetivo de apresentar se essa temática é tratada ou não no campo da formação em Educação Física e Dança, e como se dá este trato. Abaixo há exposição mensurável das disciplinas que foram criteriosamente avaliadas pela análise de conteúdo.

Quadro 02 – Quantidade de disciplinas analisadas.

Região	Educação	Educação	Dança	Dança
	Física	Física	Licenciatura	Bacharelado
	Licenciatura	Bacharelado		
Centro-Oeste	3	3	2	-
Sudeste	6	5	1	0
Sul	12	11	2	-
Nordeste	4	6	2	-
Norte	5	-	2	-

Fonte: elaboração da autora.

Todas as IES apresentam a disciplina da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS reconhecida como segunda língua oficial do Brasil pela Lei n. 10.436, de 24 de Abril de 2002 (BRASIL, 2002), e também institui Libras como componente curricular obrigatório em todos os cursos de graduação/licenciatura, o que provoca um alcance importante para língua de sinais junto aos acadêmicos para que entendam o básico para um diálogo com a comunidade surda.

No Bacharelado, mais especificamente, a Libras é constituída como componente curricular optativo na maioria das formações. Em todos os ambientes sociais podemos conviver com surdos, e essa falta de conhecimentos básicos da língua pode acarretar sérios problemas de intervenção profissional, visto que, um surdo que busque as práticas corporais em ambientes não formais, como lhe serão explicados os movimentos e as técnicas inerentes aos exercícios físicos e a importância deles para a qualidade de vida da PCD? Portanto, se há um lapso neste espaço a pessoa não retornará, pois sua relevância não foi compreendida e apropriada.



Como anunciado, foram analisados PPCs de Cursos das 5 regiões geopolíticas brasileiras. O primeiro PPC que apresentamos é da IES do Centro-Oeste:

Quadro 03 – Região Centro-Oeste.	
	Disciplinas
Educação Física Licenciatura	Obrigatórias: -Metodologia de ensino e pesquisa em Educação Física Aplicada. -Introdução à Língua Brasileira de Sinais.
	Disciplinas
Educação Física Bacharelado	Obrigatórias: -Pesquisa e ensino em Educação Física, Inclusão e Diferença. Optativa: -LIBRAS.
	Disciplinas
Dança Licenciatura	Obrigatórias: -Dança, Inclusão e Diferença. -Introdução à Língua Brasileira de Sinais.

Fonte: elaboração da autora.

Na licenciatura em Educação Física, as questões integrativas são abordadas pelos princípios que dão norte à formação profissional, “Integração, de modo transversal ao fluxo curricular, de conteúdos referentes aos direitos humanos, considerando o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, a educação socioambiental e a educação para as relações étnico-raciais” (PPC, IES A, LICENCIATURA, 2014, p. 8). No entanto, é preciso superarmos a integração apontada no projeto e ir ao ponto chave da discussão, a inclusão, entendendo que, são duas perspectivas bem divergentes.

Outro ponto abordado no quadro 3 é a existência de duas disciplinas obrigatórias nos dois cursos em tela, com nomenclaturas diferentes que apontam para esta investigação, a Educação Física Inclusiva. Ambas as disciplinas promovem um trato histórico-social que envolve as PCDs e os debates sobre a atual conjuntura da inclusão, com problematização dos aspectos sustentados pela sociedade, que exclui ao tentar integrar, o que nos exige questionamentos no meio acadêmico para impulsionar a discussão e encaminhamentos para a transformação das dificuldades, desafios indispensáveis para a vida.

A Educação Física Adaptada é um termo que se originou em 1950 e tinha como caráter metodológico o desenvolvimento puramente corporal da PCD, e se apoiava na perspectiva da integração (COSTA; SOUSA, 2004). Atualmente a conduta integrativa vem ganhando novos olhares e, com isso, provoca contradições na

inclusão, de acordo como protagonizam as ementas que fazem parte dos cursos em tela.

O que diferencia as ementas deste curso, com eixo temático inclusivo, é o espaço de intervenção que são estudados, uma Educação Física formal escolar inclusiva, e uma Educação Física não formal que valoriza a questão das diferenças em qualquer ambiente formativo.

O curso de licenciatura em Dança na universidade da Região Centro-Oeste propõe uma formação humanística, proporcionando: a criticidade, a criatividade e a reflexão do sujeito, passando a produção, a aplicação do conhecimento e a difusão de culturas e, ainda mais especificamente, possui o papel de estreitar as dicotomias do processo histórico inerente à raiz da formação: “teoria e prática, ciência e arte, corpo e mente”, refletindo a “apropriação do conhecimento artístico, científico, cultural” (PPC, IES A, LICENCIATURA – DANÇA, 2013, p. 5).

As disciplinas expostas no quadro 3 retratam a preocupação pedagógica de inclusão social dos diferentes corpos na Dança, e para que o professor contemple as inúmeras possibilidades do dançar, a ementa apresenta o ensino dos aspectos conceituais de inclusão e exclusão; propõe-se a investigação das perspectivas históricas e sociais das diferenças corporais, a partir do olhar da Dança.

Em seguida, expomos no quadro 4, o curso da Região Sudeste:

Quadro 04 – Região Sudeste.	
	Disciplinas
Educação Física Licenciatura	Obrigatórias – Núcleo geral: -Educação Física Adaptada. -Libras e Educação de Surdos. Núcleo específico: -Educação Física Escolar Especial.
	Disciplinas
Educação Física Bacharelado	Obrigatórias – Núcleo geral: -Educação Física Adaptada. Núcleo específico: -Esporte Adaptado.
	Disciplinas
Dança Licenciatura	Obrigatórias: -Libras e Educação de Surdos.
	Disciplinas
Dança Bacharelado	-

Fonte: elaboração da autora.

Os cursos oferecidos na IES B são orientados por um núcleo central de formação desde 2006, pois entendem que cada modalidade compõe uma grande área do conhecimento, a Educação Física, porém se mostram conscientes de se dar



tratamento específico aos conhecimentos de campos de intervenção com especialidades diferentes. Pensando nisso, o projeto pedagógico dos cursos foi elaborado observando as relações existentes para cada competência.

A disciplina Educação Física Adaptada, parte do núcleo geral, estuda as diversidades das deficiências existentes, as sensoriais, físicas e cognitivas, compreendendo que elas possuem características distintas e consideradas pela sua historicidade e pelo meio social de cada PCD. Esta disciplina está atrelada à nomenclatura adaptativa e reitero que é necessário repensar a Educação Física integrativa, por uma Educação Física Inclusiva.

A disciplina do núcleo específico da licenciatura, Educação Física Escolar Especial, apresenta como ementa um enfoque às indagações vigentes ao processo pedagógico inclusivo no ambiente escolar. O Esporte Adaptado integra o núcleo específico do bacharelado e é abordado metodologicamente via Positivismo, em que se aponta a avaliação, a apresentação das regulamentações dos esportes específicos para o público com deficiência, o que recorda a integração/segregação que a maioria das pessoas tem como “processo de inclusão” no esporte.

Os cursos de Dança na universidade desta região exprimem em sua matriz curricular diversos tipos de conhecimentos específicos da área, vista como um organismo dinâmico (PPC, IES B, LICENCIATURA – DANÇA, 2018), uma formação integral que possui uma completa formação profissional para a Dança. No entanto, a inexistência de estudo processual (dialético) sobre a inclusão acalenta um despropósito, uma posição incoerente do ambiente formativo, que expõe a consciência da incorporação do professor em uma totalidade, sem ter esta totalidade no contexto real. Ao se esquecer ou excluir a inclusão social das PCDs tendem para uma formação seletiva, que discursa teoricamente, mas que na prática pedagógica e social ignoram o paradoxo da inclusão.

A IES da Região Sudeste, no bacharelado em Dança não apresenta em seu currículo nenhuma disciplina que contemple a inclusão, nem como eletiva, nem como optativa.

A seguir, o quadro 5, aponta as disciplinas dos cursos investigados da Região Sul do Brasil:

Quadro 05 – Região Sul.

Disciplinas	
Educação Física Licenciatura	Obrigatórias: -Fundamentos da Educação Física Especial. -Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Eletivas: -Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais.
Disciplinas	
Educação Física Bacharelado	Obrigatórias: -Fundamentos da Educação Física Especial. -Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Eletivas: -
Disciplinas	
Dança Licenciatura	Obrigatórias: -Intervenção pedagógica e necessidades educativas especiais. -Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Fonte: elaboração da autora.

A Região Sul contém um ampliado trato com a formação inclusiva, de acordo com a matriz curricular dos cursos de Educação Física. Nesta universidade, as matérias curriculares da modalidade de licenciatura em Educação Física são igualmente retratadas, compondo-se em duas disciplinas obrigatórias, referentes a temática da Inclusão. Na licenciatura uma disciplina eletiva está presente, retrata a integração (termo utilizado na nomenclatura da disciplina). No bacharelado há somente duas matérias já destacadas anteriormente, resalto que não há disciplinas eletivas que tratem da inclusão.

O curso de Dança na IES C a diversidade cultural e o respeito à diferença afirmam o comprometimento da universidade com as questões intrínsecas à Dança com caráter Inclusivo, e a disciplina de intervenção pedagógica e necessidades educativas especiais é consequência deste compromisso social. Esta disciplina aponta uma reflexão crítica dos “Estudos sócio-culturais em Dança e nas atividades de prática pedagógica e de estágio de docência” (PPC, IES C, LICENCIATURA – DANÇA, 2018, p. 16), o que infere ressaltar a aplicabilidade no estágio docente de Dança, que proporciona ao acadêmico uma experiência enriquecedora do seu processo formativo.

No quadro 6, as disciplinas curriculares da Região Nordeste:



Quadro 06 – Região Nordeste.

Disciplinas	
Educação Física Licenciatura	Obrigatórias: -Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
Disciplinas	
Educação Física Bacharelado	Optativas: -Educação Física para Portadores de Deficiência. -Educação Física Inclusiva. -Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
Disciplinas	
Dança Licenciatura	Optativas: -Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. -Dança e Inclusão.

Fonte: elaboração da autora.

A universidade nordestina defende a dicotomização da Educação Física e desenvolve uma justificativa e apoio dessa divisão, apontando como um avanço para a qualidade da formação. Com isso, construiu dois novos projetos pedagógicos, respeitando as especialidades do processo de formação profissional tanto para a docência na educação básica, quanto para a intervenção no campo não formal.

A licenciatura em Educação Física possui somente a oferta da disciplina de Libras, por conta da sua obrigatoriedade na formação do licenciado. Cabe aqui um questionamento acerca da seleção ou não, e o tratamento dado as disciplinas inclusivas. Ressaltamos a incoerência deste curso, que reforça uma Educação Física excludente e separatista que, no limite é apenas integradora no contexto educacional. Na formação do bacharel em Educação Física há três disciplinas optativas para o eixo temático da pesquisa que tratam sobre inclusão, incluindo Libras, como alternativa na formação do bacharel.

Em contrapartida, o reconhecimento da competência profissional quanto as questões de limitações, dificuldades e possibilidades de expressão corporal na Dança como meio de ultrapassar os preconceitos pertencentes aos processos histórico-sociais das PCDs está intrínseco no projeto pedagógico do curso de Dança.

A disciplina de Dança e Inclusão atribui, portanto, uma identidade que caracteriza as inter-relações existentes na inclusão das PCDs através das aulas de Dança. A ementa faz uma articulação formativa da Dança com o processo inclusivo, e o desenvolvimento físico, motor, sensitivo e cognitivo; este sujeito que aprende conquista além das percepções de si mesmo, refina suas perspectivas do entorno por meio de experiências e vivências que dialogam no aspecto social. O conteúdo abordado na matéria curricular é algo a ser pensado como proposta efetiva da Dança Inclusiva, visto que, a inclusão acontece na práxis docente se a formação oferecer

subsídio relacional dos conhecimentos gerais da Educação Física e dos específicos da inclusão.

Por fim, o quadro 7 expõem os dados da universidade da Região Norte:

Quadro 07 – Região Norte.	
Disciplinas	
Educação Física Licenciatura	Obrigatórias: -Fundamentos da Educação Inclusiva. -Língua Brasileira de Sinais.
	Optativas: -Educação Física Adaptada. -Danças Contemporâneas.
Disciplinas	
Dança Licenciatura	Optativas: -Dança Inclusão. -LIBRAS.

Fonte: elaboração da autora.

O curso de Educação Física em licenciatura é orientado pelos PCNs, e indica uma preocupação social com as questões de igualdade de oportunidades no meio escolar, ressaltando um processo pedagógico que compreende o sujeito e tem o objetivo de possibilitar o desenvolvimento das potencialidades, autonomia, cooperação, participação e afirmação dos princípios de democratização (PPC, IES E, LICENCIATURA – EDUCAÇÃO FÍSICA, 2010).

A universidade da Região Norte expõe em seu projeto pedagógico a responsabilidade de evidenciar as políticas de inclusão social, o que implica na exposição em um dos pilares do projeto para a abordagem da relevância que o curso se dispõe a dar. O projeto marca o ponto de compreensão da universalidade presente nas necessidades e direitos dos seres humanos.

Uma única disciplina associada à temática da Dança foi mencionada nesta pesquisa, pois, a Dança Contemporânea (optativa) implica o ponto central da discussão deste artigo, onde sua ementa exprime o vínculo da inclusão por meio do ensino da Dança na Educação Física. Essa inter-relação abordada é ideal para a transformação da qualidade da formação dos professores da área e, por conseguinte, implicaria em uma formação integral que compreende o ser humano por completo.

As disciplinas inclusivas no curso de Educação Física propõem diferentes tratamentos metodológicos, como o de relacionar a educação inclusiva e suas contextualizações histórica, teórica, legislativa, conceitual e adjetivas das PCDs. Porém, o termo utilizado na ementa é pessoa com necessidades educativas especiais, o que indica uma contraposição terminológica ao explicitado anteriormente no projeto pedagógico. A outra disciplina curricular, Educação Física Adaptada, é optativa e sua



abordagem metodológica, segundo a ementa, é embasada nas preocupações físicas e funcionais, o que implica a raiz positivista com cuidados biologicistas, cuja explicação pode ser considerada a partir da utilização do termo “adaptada”, já exposto.

No curso de licenciatura em Dança apesar da disciplina ser nomeada Dança Inclusão o projeto pedagógico expõe o termo “portador de necessidades especiais”, visto que esta nomenclatura se apoia na ideia de que as pessoas portam deficiências, e infere em um equívoco na aplicação do conhecimento sobre inclusão. Portanto, há um descompasso entre os PPCs e as disciplinas no que se refere aos conceitos que determinam o norte da prática de ensino, o que mostra a relevância de nos apropriarmos da constituição histórica da inclusão, para esclarecer o que é, para diferirmos, sem riscos, aquilo que não seja inclusão.

Considerações dos autores

A Educação Física, segundo Ventura (2010), vista por lentes críticas, busca esforços para desvendar a corporalidade dos seres humanos inerente ao processo histórico da Cultura Corporal. Nesse contexto, a Dança é um instrumento que proporciona o conhecimento do corpo e suas relações com o meio social, ao revelar sua historicidade.

Na análise dos projetos pedagógicos, tanto o curso de Dança como o de Educação Física apresentaram disciplinas em sua matriz curricular sobre a temática da Dança Inclusiva. Ao explorarmos os documentos foi encontrada uma ementa singular (Danças Contemporâneas) na IES da Região Norte, que apresentou um modelo referencial para aplicação na intervenção do professor de Educação Física. Algumas IES, no entanto, se mostraram ineficientes, pois se assentam em teorias anacrônicas, da integração. No contraponto dessas abordagens, a construção da atual configuração de inclusão enfatiza uma perspectiva, implicando no aprofundamento atualizado do acúmulo teórico para se elaborar ementas que explicitem com mais consistência, a temática.

A Dança Inclusiva expõe às claras o trato com a diversidade humana nos cursos de ensino superior, suas apropriações da historicidade da PCD é um diferencial na formação de professores e de bacharéis. Para além do discurso pelo qual apontamos as questões mais problemáticas, este artigo trilhou as possibilidades de expor elucidaciones aos profissionais que trabalham com a Dança, entendendo que a mesma é fonte agregadora no trato com a inclusão.

Um ponto de destaque na atualidade, é a relevância dada ao processo de inclusão da PCD nas novas diretrizes do curso de Educação Física, cujo a resolução CNE 6/2018, capítulo I, artigo 5º, § 2º diz que “A formação para intervenção

profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura”. Isso nos remete a um ganho inestimável, pois ao proporcionar no campo da Educação física uma formação que abrange a inclusão para a intervenção em qualquer espaço, é atribuído uma distinta postura profissional perante as incursões da vida social das PCDs, contribuindo de forma significativa para as mesmas.

Uma proposição que se deseja materializa-la é acrescentar no processo de formação, nas disciplinas com práticas corporais, como a ginástica, o jogo, o esporte, as lutas e a dança; incluir em seus planos de trabalho o trato com a deficiência humana, constituindo uma prática que efetive o processo de inclusão social, pois certamente isto vai protagonizar um contexto formativo diferente, materializando uma prática social que acate esses sujeitos como um ser humano, ou seja, com a mesma essência, a mesma natureza de todos nós.

Referências

- ALVES, Welerson. **O corpo para qualquer dança**: possibilidades a partir de uma perspectiva de dança inclusiva. 2018. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Dança) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Aparecida de Goiânia, Aparecida de Goiânia, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Brasília, n.p., 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 maio 2022.
- BRASIL. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, p. 1-48, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877795. Acesso em: 20 maio 2022.
- CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; FREITAS, Patricia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.
- CLARO, Catarina Pessoa Lopes. **Avaliação de um programa de dança em jovens com necessidades educativas especiais**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, 2012.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da

integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, 2004.

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. *In*: CONPEDI/UEPB. (Org.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. João Pessoa: CONPEDI, 2015, v. 1, p. 254-276.

MIRANDA, Maria Luiza de Jesus. A dança como conteúdo específico nos cursos de educação física e como área de estudo no ensino superior. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 3-13, jul./dez. 1994.

NEVES, Claudio Pereira. **A inclusão de pessoas com deficiência segundo professores de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia**. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **O que é educação física**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PACHECO, Ana Julia Pinto. Educação física e dança: uma análise bibliográfica. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 2, p. 156-171, 1999.

PPC INSTITUIÇÃO A, REGIÃO CENTRO-OESTE. **Bacharelado em Educação Física**, p. 1-131, 2013.

PPC INSTITUIÇÃO A, REGIÃO CENTRO-OESTE. **Licenciatura em Dança**, p. 1-39, 2013.

PPC INSTITUIÇÃO A, REGIÃO CENTRO-OESTE. **Licenciatura em Educação Física**, p. 1-50, 2014.

PPC INSTITUIÇÃO B, REGIÃO SUDESTE. **Bacharelado em Dança**, p. 1-53, 2018.

PPC INSTITUIÇÃO B, REGIÃO SUDESTE. **Licenciatura e Bacharelado em Educação Física**, p. 1-128, 2016.

PPC INSTITUIÇÃO B, REGIÃO SUDESTE. **Licenciatura em Dança**, p. 1-75, 2018.

PPC INSTITUIÇÃO C REGIÃO SUL. **Bacharelado em Educação Física**, p. 1-105, 2017.

PPC INSTITUIÇÃO C REGIÃO SUL. **Licenciatura em Educação Física**, p. 1-97, 2012.

PPC INSTITUIÇÃO C, REGIÃO SUL. **Licenciatura em Dança**, p. 1-28, 2018.

PPC INSTITUIÇÃO D, REGIÃO NORDESTE. **Bacharelado em Educação Física**, p. 1-25, 2010.

PPC INSTITUIÇÃO D, REGIÃO NORDESTE. **Licenciatura em Dança**, p. 1-355, 2017.

PPC INSTITUIÇÃO D, REGIÃO NORDESTE. **Licenciatura em Educação Física**, p. 1-262, 2017.

PPC INSTITUIÇÃO E, REGIÃO NORTE. **Licenciatura em Dança**, p. 1-92, 2011.

PPC INSTITUIÇÃO E, REGIÃO NORTE. **Licenciatura em Educação Física**, p. 1-85, 2010.

TAFFAREL, Celi Neuza Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. Formação humana e formação de professores de educação física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado. *In*: TERRA, Dinah Vasconcelos; SOUZA JUNIOR, Marclio. (Orgs). **Formação em educação física & ciências do esporte**: políticas e cotidiano. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Goiânia: CBCE, 2010.

VENTURA, Paulo Roberto Veloso. **A educação física e sua constituição histórica**: desvelando ocultamentos. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

VENTURA, Paulo Roberto Veloso; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; ANES, Rodrigo Roncato Marques; SCHMIDT, Ademir. **Metodologia da investigação científica**: um olhar a partir de pesquisadores da Educação Física. Texto didático. P. 1-30, 2015.

VENTURA, Paulo Roberto Veloso; ANES, Rodrigo Roncato Marques. Políticas públicas e educação: formação, profissionalização e intervenção de professores de Educação Física em um país tupiniquim. *In*: MONTE, Emerson Duarte; COELHO, Higson Rodrigues (Orgs.). **Corpo, trabalho e educação**. Belém: UEPA, 2017.

Recebido em: 22/09/2021

Aprovado em: 07/06/2022

Publicado em: 01/08/2022